



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete Deputado **Edmilson Rodrigues**

COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AMAZÔNIA – CINDRA

REQUERIMENTO Nº DE 2019

(Do Sr. Edmilson Rodrigues – PSOL/PA)

Requer a realização de audiência pública com o tema: “O papel estratégico do BASA para o Desenvolvimento da Amazônia”.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., nos termos do art. 255 do Regimento Interno desta Casa, que seja realizada, nesta Comissão, reunião de Audiência Pública para debater a importância do Banco da Amazônia para o desenvolvimento da região Norte do país, com o tema: “O papel estratégico do BASA para o Desenvolvimento da Amazônia”.

Indicamos para a composição da mesa os seguintes convidados:

- a) Raul Paulo Sarmento - Presidente do Conselho Regional de Economia do Pará e do Amapá (Corecon-PA/AP);
- b) Wellington Leonardo da Silva - Presidente do Conselho Federal de Economia (Cofecon);
- c) Silvio Kanner – Presidente da Associação dos Empregados do Banco da Amazônia (AEBA);
- d) Francisco de Assis Costa – Professor Doutor Titular da Universidade Federal do Pará (UFPA);
- e) Representante do Banco da Amazônia (BASA).



JUSTIFICAÇÃO

Presente nos nove estados da Amazônia Legal, o Banco da Amazônia, em seus 76 anos de existência, consolidou-se como principal agente de fomento do Governo Federal na região. É a maior instituição financeira da Amazônia e tem sua história diretamente relacionada com o desenvolvimento econômico da região nas últimas seis décadas. Como gestor do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), possibilita aos micro e pequenos produtores e empresários da região o acesso a uma fonte permanente e estável de financiamentos de longo prazo, com encargos diferenciados, resultando no crescimento de postos de trabalho e da geração de renda.

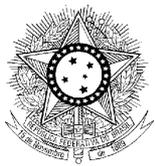
No entanto, levantamento elaborado pela Fundação Getúlio Vargas aponta para a possibilidade de incorporação do Banco da Amazônia e do Banco do Nordeste (BNB) pelo Banco do Brasil. A diluição desse patrimônio da população amazônica aumentaria significativamente a burocracia e eliminaria um poderoso mecanismo de dinamização da Região Norte e das demais Unidades da Federação que fazem parte da Amazônia Legal.

Já nos últimos 6 anos, incluindo este ano de 2019 não finalizado (dados até abril/2019), observa-se um excessivo contingenciamento dos recursos destinados ao BASA, representando a política de desinvestimento do governo Temer, decorrente da adoção da famigerada política de austeridade fiscal. (Vide gráficos abaixo).

ANO	PLANEJADO	EXECUTADO
2019	R\$ 64,7mi	R\$ 73,7mil
2018	R\$ 47,9mi	R\$ 9,6mi
2017	R\$ 40,2mi	R\$ 21,6mi
2016	R\$ 53,3mi	R\$ 27,2mi
2015	R\$ 48,0mi	R\$ 17,6mi
2014	R\$ 59,9mi	R\$ 41,4mi

Fonte: SIGA Brasil.

Tais dados demonstram a deliberada intenção de sucatear o BASA, comprimindo em demasia seus recursos – destinado ao desenvolvimento da Amazônia, daí falarmos em política de desinvestimento. Ou seja, por via do estrangulamento orçamentário o BASA deixa de cumprir com sua principal função institucional e social, pelo qual justifica a sua existência.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete Deputado **Edmilson Rodrigues**

É muito importante citar essa visão mais totalizante dos recursos do BASA porque alguns sites (Diários Online) divulgam dados de que "(...) nos últimos seis anos, o Banco da Amazônia aplicou mais de R\$ 8 bilhões em créditos de fomento no Pará, sendo grande parte para apoiar a agricultura familiar por meio de financiamentos do microcrédito do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf)", transmitindo a ideia, questionável, isolada e ao incauto, de que o BASA continua funcionamento sem "problemas orçamentários" e cumprindo a sua função institucional e social.

De qualquer modo, o que revela ainda mais essa deliberada política de desinvestimento é considerar que com a vigência da Emenda Constitucional do Teto de Gastos (EC 2016), que congela investimentos por 20 anos, a grosso modo, fez com que o orçamento do BASA do ano de 2017 (planejado em R\$ 40,2 milhões) só possa ser corrigido para anos vindouros pela inflação do ano imediatamente anterior, daí não haver nenhum novo aporte de recursos.

Dessa forma, apresentamos o presente requerimento solicitando a realização de uma audiência pública para discutir a atual situação do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e a ameaça que representa a extinção do Banco da Amazônia para o desenvolvimento da região Norte do país.

Sala das Sessões, em de maio de 2019.

Deputado Edmilson Rodrigues

PSOL/PA